

Exmo. Senhor Presidente e Senhores Deputados

Apresento-me nesta Comissão de Inquérito na expectativa de que o meu depoimento possa contribuir para a descoberta da verdade e para o esclarecimento das dúvidas existentes, dentro dos limites do meu conhecimento relativamente a questões centrais que determinaram o colapso do Grupo.

Em primeiro lugar, quero deixar bem claro o seguinte:

Faço parte da família Espírito Santo e não aceito que se proceda a um julgamento colectivo de natureza sanguínea, a quem, só por integrar a família, se vê envolvido por uma vaga incriminatória, incapaz de estabelecer a diferença entre a competência e o desgoverno ou entre a seriedade e a culpa.

Aproveito até para manifestar publicamente o orgulho que mantenho na obra realizada pelo meu avô Ricardo Espírito Santo Silva e por todos aqueles que lhe sucederam na liderança do Grupo até à minha geração, que contribuíram, cada um a seu modo, para a valorização da instituição como motor da economia portuguesa, e que deixaram, no exercício de uma cultura de seriedade, um exemplo responsabilidade pessoal e profissional para as gerações seguintes.

Deixo também uma palavra de apreço para aqueles membros da família que desempenhando embora funções subalternas no Grupo, o fizeram com dedicação e competência, não lhes cabendo qualquer quota de responsabilidade na insolvência do Grupo.

Isto para realçar que, não aceitando a responsabilidade colectiva que alguns pretendem fazer impender sobre a família, não enjeito e pelo contrário reclamo que a responsabilidade de cada um seja devidamente escrutinada pelas instituições competentes.

Há processos de contra-ordenação em curso e investigações criminais que farão luz sobre quem prevaricou, as circunstâncias em que o fez, e as consequências a que se sujeitam.

Estou livre, como sempre estive, para colaborar com as investigações pendentes de forma a que seja possível distinguir o trigo do joio, reconhecer o direito à diferença e separar as águas quando a verdade dos factos o imponha.

Não aceito a responsabilidade sanguínea, nem me submeto ou sequer me conformo com a responsabilidade colectiva.

A cada um caberá a responsabilidade pelo que fez e a cada um caberá assumir as consequências dos actos que praticou.

Não permito que me reclamem solidariedade por acções que não realizei ou por práticas a cujo conhecimento fui alheio.

Pela minha parte nada tenho a esconder, mas não abusarei da paciência de quem me ouve para prolongar esta minha intervenção inicial com a divulgação desnecessária de méritos ou a denúncia de erros.

Limitar-me-ei ao essencial.

Fique bem assente o seguinte: o lugar que desempenho como presidente do BESI não resultou de qualquer favorecimento familiar.

Foi conquistado a pulso e na sequência de uma carreira bancária de 35 anos em que atravessei todos os patamares da hierarquia até chegar ao topo.

Sou licenciado em Gestão e Finanças pela Universidade Católica de Louvain, tendo iniciado funções bancárias em 1980.

Só em 1999 passei a fazer parte da Comissão Executiva do BES e só em 2011 passei a intervir no Conselho Superior, na qualidade de assessor de quem representava o meu ramo familiar.

Em 2003 fui eleito presidente da Comissão Executiva do BESI.

Com a passagem do tempo, as exigências da minha actividade como líder do BESI obrigaram-me a reduzir a minha participação efectiva nas tarefas do BES, até pelas sistemáticas saídas para o estrangeiro que as funções exercidas reclamavam.

Considero-me por isso um verdadeiro profissional da banca, com provas dadas e experiência adquirida, dispondo de capacidade técnica para aspirar a um lugar de topo em qualquer instituição bancária.

Enquanto presidente do BESI, posso orgulhar-me de ter transformado este Banco de Investimento com cerca de mil colaboradores numa unidade financeira sólida e lucrativa, há mais de 10 anos consecutivos.

Tenho plena consciência de ter denunciado, quer internamente, quer perante a entidade reguladora, as situações duvidosas com que fui confrontado, assim que tive conhecimento delas.

Em Outubro de 2013, perante um conjunto de factos que indiciavam não só irregularidades praticadas no Grupo, nunca devidamente esclarecidas, como também situações que geravam danos de ordem reputacional, tomei a iniciativa de elaborar um Protocolo que preconizava uma alteração radical do modelo de governação, fazendo prevalecer a colegialidade e o escrutínio institucional, sobre a discricionariedade e a hegemonia individual, de forma a garantir a transparência e rigor das decisões.

Não fui acompanhado por nenhum membro do Conselho Superior.

Todos, de uma forma ou outra, apoiaram a permanência do Dr. Ricardo Salgado na liderança do Grupo. Uns de forma expressa, outros de forma velada, mas todos com o objectivo conjunto de neutralizarem os efeitos de uma iniciativa que visava repor uma governação pautada pelo imperativo da ética e da transparência.

Pese embora o facto de ter sido traído pela maioria dos elementos do Conselho Superior em Dezembro de 2013, não me conformei com as promessas de alteração da governação que me foram feitas, tendo pugnado por elas até ao colapso do Grupo e manifestado à entidade reguladora, em Fevereiro de 2014, a minha indisponibilidade para continuar a exercer o mandato no BES, caso se mantivesse o modelo de gestão até então prosseguido.

Pelo menos por duas vezes estive em risco de ser afastado da Comissão Executiva do BES e da Presidência do BESI pela antiga liderança. A primeira em Dezembro de 2013, a segunda em Junho de 2014.

Logo que me apercebi em Novembro de 2013 da irregularidade das contas da ESI que indicavam a ocultação de prejuízos desde 2008, requeri a realização de um inquérito urgente a cargo de entidade independente que apurasse com rigor as responsabilidades envolvidas.

Tendo considerado que tais diligências não foram realizadas com a seriedade exigida pelas circunstâncias, apresentei em Fevereiro de 2014 a suspensão do meu mandato de Administrador e no mês seguinte a demissão do cargo que ocupava.

A avaliação da situação da ESI contante do Relatório Preliminar elaborado pelo auditor oficialmente designado, no final de Janeiro de 2014 e a quantificação dos prejuízos constantes desse relatório determinaram que me afastasse voluntariamente dos órgãos sociais.

Mas mais, não deixei de transmitir à entidade reguladora os elementos necessários à demonstração de que se estava perante um desvio inaceitável, gerido ao mais alto nível, que visava esconder prejuízos acumulados que, a serem assumidos, adulteravam gravemente o equilíbrio e a solidez financeira do Grupo, para além de comprometerem a emissão de títulos de dívida destinada a cobrir o real défice financeiro que as contas oficiais não ilustravam.

Ao longo de 2014 foram inúmeras as interpelações que fiz internamente para a clarificação da actividade da Eurofin nos negócios do Grupo ou para o rigoroso cumprimento do “ring fencing” imposto pelo Banco de Portugal, iniciativas essas que jamais mereceram o acolhimento da liderança, conforme os factos apurados em Julho de 2014 vieram comprovar.

Em Junho de 2014, manifestei desde logo a minha discordância pela reformulação dos órgãos sociais e respectiva composição, proposta pela antiga liderança, que não passava de uma simples manobra para, a pretexto da mudança, deixar tudo na mesma.

E não é certamente por mero acaso que em 20 de Junho de 2014 me foi reconhecida a idoneidade como gestor bancário, ao mesmo tempo em que era imposto pelo Banco de Portugal o afastamento de todos os restantes membros da família dos órgãos sociais.

São estas em suma, as linhas gerais que ilustram o meu desempenho durante o período que conduziu ao desmoronamento do Grupo Espírito Santo .

Sou o primeiro a lamentar o descalabro que determinou centenas de milhões de euros de prejuízo para accionistas e obrigacionistas que acreditaram na capacidade e credibilidade da antiga liderança, a quem confiaram as suas poupanças.

Sou o primeiro a lamentar não ter sido acompanhado em Novembro de 2013 por quem detinha a capacidade decisória para afastar a liderança existente e impor novas regras de gestão que teriam permitido, sem margem para qualquer dúvida e, por um lado, manter intacto o Banco Espírito Santo, com benefício para a economia nacional, para os seus accionistas e obrigacionistas e por outro lado, pelo menos minimizar ou atenuar os danos verificados nas empresas não financeiras do grupo, com manifesta vantagem para os credores.

No BESI, onde me mantenho como Presidente, não houve fundo de resolução, mas equilíbrio financeiro.

Não houve falsificação de contas, mas transparência nos resultados.

Não houve prejuízos escondidos, mas lucros sustentados.

Não houve desvios de fundos, mas disciplina orçamental.

Não houve desgoverno na gestão, mas desenvolvimento consolidado.

São estas as circunstâncias que explicam, conforme já publicamente anunciado, a aquisição da Instituição por um importante grupo internacional, a um preço compatível com a mais-valia conquistada pela actividade desenvolvida ao longo dos anos.

Pressuposto essencial de tal aquisição é a manutenção da equipa que lidero, o que significa que ao reconhecimento da credibilidade e idoneidade da gestão em termos nacionais, se acrescenta agora o reconhecimento da igual credibilidade e idoneidade em termos internacionais.

É tudo.

Estou à disposição dos Senhores Deputados para as perguntas que entenderem convenientes.